

## DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Robson Santos da Conceição<sup>1</sup>  
Iderlânia Costa Souza<sup>2</sup>

**GT1** - Educação de Crianças, Jovens e Adultos

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo de entender como o processo ensino e aprendizagem são desenvolvidos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para isso, faz-se um apanhado histórico dessa modalidade de ensino no Brasil, com intuito de mostrar como foi fundamentado legalmente e financeiramente este tipo de educação ao longo dos anos no país. Ao considerar a evolução histórica do EJA para entender o processo de ensino e aprendizagem, compreendemos as dificuldades e desafios que essa modalidade de ensino passou até os dias atuais, uma vez que a compreensão dessas duas determinadas adversidades apresenta reciprocidade de solução, pois estes elementos estão inter-relacionados. Nesse sentido, na prática isso tem implicações significativas nas políticas de alfabetização, pois afeta tanto a avaliação retrospectivamente das causas do sucesso e fracasso das políticas educacionais, quanto também à prospectiva de atingir as metas de alfabetização estimadas.

**PALAVRAS- CHAVES:** Ensino. Aprendizagem. Educação. Política. Alfabetização.

### ABSTRACT

This article aims to understand how the teaching and learning process are developed in Youth and Adult Education (EJA). For this, a historical overview of this type of education in Brazil is made, in order to show how this type of education was legally and financially founded over the years in the country. When considering the historical evolution of EJA to understand the teaching and learning process, we understand the difficulties and challenges that this modality of education has passed to the present day, since this understanding of these two determined adversities presents reciprocity of solution, because these elements interrelated. In this sense, this in practice has significant implications in literacy policies, as it affects both the retrospective assessment of the causes of the success and failure of educational policies, as well as the prospective to achieve the estimated literacy.

**KEYWORDS:** Teaching. Learning. Education. Politics; Litera.

---

<sup>1</sup> Mestrado - Profissional em Economia, pela Universidade Federal de Sergipe, Graduado do curso de Letras - Português/espanhol, pela Universidade Tiradentes, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe, graduado do curso de Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, graduado do curso de Especialização em Ensino de Língua Espanhola, pela Faculdade Pio Décimo, graduado do curso de Especialização em Direitos Infância-juvenis: Escola que Protege, pela Universidade Federal de Sergipe, graduando do 3º período do curso de – Pedagogia, pela Universidade Federal de Sergipe. Professor de Geografia do Centro de Excelência Almirante Tamandaré, rede pública estadual de ensino. E-mail: robsoncapela@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Mestrado – Profissional em Letras, pela Universidade Federal de Sergipe, Graduada do curso de Letras - Português, pela Universidade Federal de Sergipe, graduada do curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Diversidade Linguística, pela Faculdade São Luis de França, graduada do curso de Letras – Português/Espanhol, pela Universidade Federal de Sergipe e graduada do curso de Especialização em Direitos Infância-juvenis: Escola que Protege, pela Universidade Federal de Sergipe. Professora de Língua Portuguesa do Colégio Estadual Almirante Barroso, rede pública estadual de ensino. E-mail: iderlaniacostasouza@yahoo.com.br

## 1. INTRODUÇÃO

O atual contexto educacional brasileiro impõe uma série de questões e desafios para os professores no processo de ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA). No contexto de sala de aula estes desafios se apresentam de variadas formas e cabe ao docente desmistificar, para isso é necessário promover um ensino que vai além de aquisição do código escrito e o ato de ler, mas que capacite para a vida do trabalho como também a social. Dessa forma, a EJA assume um papel de inclusão abrindo novas oportunidades educacionais em relação às pessoas excluídas do mercado de trabalho por falta de preparação educacional.

Nessa perspectiva a alfabetização tem sido prioridade nacional, em vários segmentos da sociedade e tem sido amplamente discutida. Partindo desse cenário, é importante e necessário que o professor alfabetizador compreenda e interprete esses diversos conceitos existentes, para fundamentar seu trabalho numa perspectiva capaz de ampliar seus conhecimentos e sua a visão de mundo enquanto educador. A educação de jovens e adultos é um campo de interpretações altamente contestadas, em que atores sociais localizados em diferentes posições de poder têm postulados diversos modelos educacionais, a fim de alcançar tipos específicos de políticas públicas.

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho descreve sobre processo ensino e aprendizagem, sugerindo quais mecanismos de ensino os docentes podem usar para desenvolver a alfabetização de jovens e adultos mais eficazes. O objetivo é mostrar como os desafios e dificuldades acontecem no ensino de jovens e adultos e quais possíveis soluções no ambiente de sala podem facilitar a aprendizagem. Para isso, foram apresentadas algumas estratégias sobre abordagens educacionais que podem ser usados para a alfabetização de adultos. A primeira parte expõe o conceito de alfabetização em alguns autores, assim como uma revisão bibliográfica sobre a história da alfabetização do EJA no Brasil. Partindo dessa explicação inicial, apresenta o contexto político e financeiro da alfabetização dos jovens e adultos.

Na parte subsequente, discute-se com um resumo da extensão do conhecimento de práticas de ensino que o professor deve adotar em sala de aula na alfabetização de jovens e adultos. Por fim, são feitas considerações incluindo os principais pontos abordados no artigo e as necessidades de desenvolvimento de uma alfabetização que garanta educação de qualidade de forma inclusiva e equitativa para todos.

## 2. CONCEITO E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Nas últimas cinco décadas, as definições de alfabetização mudaram de um conjunto discreto de habilidades técnicas para habilidades de recursos humanos para o crescimento econômico, para capacidades para mudanças socioculturais e políticas. Na comunidade acadêmica, as teorias da alfabetização evoluíram daquelas focadas exclusivamente nas mudanças nos indivíduos para visões mais complexas que abrangem os contextos sociais mais amplos o "ambiente letrado" e a "sociedade letrada" que encorajam, possibilitam e sustentam diversas atividades de alfabetização e práticas.

Desde a década de 1950, as organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, o Social e a Cultura (UNESCO) têm desempenhado um papel influente no desenvolvimento de políticas de alfabetização. A primeira pesquisa global sobre alfabetização de adultos, cobrindo mais de 60 países, foi publicada em 1957, numa época em que os formuladores de políticas estavam começando a considerar como a educação e a alfabetização poderia permitir que os indivíduos participassem e se beneficiassem de uma economia em modernização. Essa e outras publicações contribuíram para uma definição padrão de alfabetização adotada pela Conferência Geral da UNESCO (1958, p. 164) na França em que dizia "uma pessoa alfabetizada pode, com compreensão, ler e escrever uma declaração curta e simples sobre sua vida cotidiana." Até os dias atuais essa definição tornou-se um guia para medir a alfabetização em censos nacionais.

A partir da década de 1960, o conceito de alfabetização funcional ganhou crédito ao lado da noção de alfabetização como um componente integrante da mudança social, melhor consubstanciado pela teoria da conscientização de Paulo Freire que consiste no desenvolvimento crítica de consciência. Refletindo essa mudança em direção a um conceito mais amplo que abrange uma gama de preocupações e aspirações humanas, a Conferência Geral da UNESCO em 1978 adotou uma definição de alfabetização funcional ainda em uso hoje:

Uma pessoa é funcionalmente alfabetizada que pode se envolver em todas as atividades em que a alfabetização é necessária para o funcionamento eficaz de seu (ou dela) grupo e comunidade e também para capacitá-la (ou ela) a continuar a usar a leitura, a escrita e os cálculos para seu (ou dela) e o desenvolvimento da comunidade.

Já em 2004 a UNESCO define a alfabetização de forma mais ampla como:

A capacidade de identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar, computar e usar materiais impressos e escritos associados a diversos contextos. A alfabetização envolve um processo contínuo de aprendizagem

para permitir que um indivíduo atinja seus objetivos, desenvolva seu conhecimento e potencial e participe plenamente da sociedade em geral.

Dessa forma, a UNESCO propôs uma nova definição de alfabetização que vai além da capacidade de ler e escrever uma frase simples, mas deve também reter a capacidade de identificar, compreender e interpretar, usando materiais impressos e escritos associados a contextos variados. Assim enfatiza o valor da habilidade de aprendizagem para capacitar os indivíduos a atingir seus objetivos, desenvolver seu conhecimento e potencial para com isso participar plenamente em sua comunidade e na sociedade em geral como um ser ativo.

No Brasil a abordagem sobre os conceitos de alfabetização identificados não existe uma homogeneidade conceitual definida. Partindo desse cenário, é importante e necessário que o professor alfabetizador compreenda e interprete esses diversos conceitos existentes a fim de fundamentar seu trabalho, numa perspectiva capaz de ampliar seus conhecimentos e sua visão de mundo enquanto educador. Moraes e Albuquerque (2007, p. 15) definem a alfabetização como:

Um processo de aquisição da “tecnologia da escrita”, isto é do conjunto de técnicas – procedimentos habilidades - necessárias para a prática de leitura e da escrita: as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético ortográfico).

Para Freire (1993), alfabetização além de assumir um papel de formador de apropriação de um sistema de linguagem, no caso a escrita alfabética, também tem um perfil político-social, pois a alfabetização é antes de tudo um ato de conhecimento e político. Alfabetização para este autor é a forma de representação da realidade daquele que foi alfabetizado. A alfabetização é o processo de aquisição de aprendizagem, ou seja, de forma mais específica, o ato de alfabetizar refere-se às capacidades e às habilidades do sujeito em utilizar essas aprendizagens nos diferentes contextos sociais das práticas de leitura e escrita.

Na história do país a educação de jovens e adultos de fato mesmo começa a ocorrer somente no século XX. As primeiras políticas públicas nacionais voltadas para educação de jovens e adultos foram implementadas somente em 1947, com o estabelecimento de o Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação, e o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), campanha coordenada por Lourenço Filho e o Ministério da Educação e Saúde. Já em 1952 foram criadas mais duas outras campanhas a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) para a região Nordeste e a Campanha Nacional pela Erradicação do Analfabetismo em 1958. Estas campanhas tinham como objetivo de criar meios eficientes de combater o analfabetismo no Brasil.

Segundo Mortatti (2011, p 312), as campanhas de Educação de Adolescentes e Adultos foram fortemente criticadas à sua natureza educacional superficial, o curto período ocorreu a inadequação dos programas educacionais, modelos e materiais, que não levaram em consideração especificidades adultas e diversidade regional.

Na década de 1960, a política e efervescência social do período criou um cenário que foi propício para a experimentação de novas práticas de alfabetização e cultural desenvolvida pelo campo dos movimentos culturais e educacionais, a maioria dos quais adotou os métodos de filosofia e alfabetização propostos por Paulo Freire que se empenhou em elaborar um Programa Nacional de Alfabetização.

A partir de 1964, durante a ditadura militar, a educação de jovens e adultos promovido pelo governo ajudou a manter a coesão social e legitimar o regime autoritário, promovendo o mito de uma sociedade democrática sob um regime de restrição. A escolaridade de jovens e adultos foi mais voltada para a suplementação educação, instituída pela reforma educacional de 1971, no mesmo ano foi iniciado o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o chamado MOBREAL. Operando de forma altamente centralizada, o Mobreal se espalhou por todo o país, mas não cumpriu sua promessa de erradicar o analfabetismo. A iniciativa MOBREAL que teve maior repercussão foi o Programa Educação Integrada (PEI), que condensou o ensino primário anterior, e criou a possibilidade para o recém-alfabetizado, e aqueles que tiveram um precário comando da leitura e da escrita, para continuar seus estudos. Em 1985, durante a transição para a democracia, o MOBREAL foi substituído pela Fundação Educar.

No ano de 1971, o governo federal estabelece o ensino supletivo, regulamentado pela Lei nº 5.692/71. Neste período também pela primeira vez na história do Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/1971 tem um capítulo específico para educação de jovens e adultos, especificamente no capítulo IV em que dedicava sobre o ensino supletivo. Embora a lei reconhecesse a educação de jovens e adultos como um direito à cidadania, mas limitou-se à faixa etária de 7 a 14 anos como somente dever do Estado. (HADDAD, 2006).

É importante frisar que durante este período houve uma mobilidade para implantar programas de alfabetização para adultos, ofereceu democraticamente oportunidades educacionais para jovens e adultos excluídos da educação, por outro lado, a educação complementar foi implementada com financiamento limitado e professores mal treinados, era visto como uma educação de baixa qualidade e como uma maneira de obter credenciais de escolaridade.

É percebido também que durante esse mesmo período, a sociedade civil como eclesiais de base de movimentos sociais, associações de bairro, trabalhadores urbanos e

rurais que reorganizava movimentos de resistência do governo militar começaram organizar fora do controle governamental, iniciativas educacionais que incluíam alfabetização de jovens e adultos. As práticas educativas desses agentes foram reconhecidas como ações de educação "popular" (voltadas para as pessoas comuns), sustentadas nas ideias de Paulo Freire. (HADDAD, 2006).

Na década de 1980 o legado construído ao longo dos anos durante de transição para a democracia, influenciou tanto a expansão dos direitos políticos e sociais, bem como a concepção de programas de alfabetização desenvolvidos em conjunto entre governos e organizações civis. Em resposta ao clamor da sociedade, a Constituição de 1988 restaurou o direito de votar a analfabetos voluntariamente; concedido o direito à educação básica gratuita e pública para jovens e adultos. Os governos comprometidos para superar o analfabetismo e fornecer educação elementar para todos. A Constituição Federal de 1988 (art. 208) reconheceu o direito dos jovens e adultos à educação básica, obrigando o governo a oferecê-la gratuitamente. A Constituição expressa que é:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;  
II – progressiva universalização do ensino médio gratuito. (BRASIL, 1988, p. 23).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 reafirmou o direito dos jovens e adultos à educação básica adequada às necessidades e condições específicas desse grupo. Uma das inovações introduzidas pela LDB foi à redução da idade mínima exigida para concluir os exames de proficiência em educação primária e secundária até 15 e 18 anos de idade, respectivamente (antigamente, as idades mínimas exigidas eram 18 e 21 anos). Como a LDB não é específica nesse sentido, coube ao Conselho Nacional de Educação (CNE) criar normas sobre a duração mínima dos níveis, a idade mínima de ingresso, bem como estabelecer diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996, p. 23).

Essas resoluções legais impuseram grandes desafios às três esferas de governo. A Constituição e a LDB atribuem responsabilidades específicas ao Governo Federal, aos estados e aos municípios, determinando que cada esfera organize seu respectivo sistema educacional em colaboração com o outro, cooperando entre si para garantir a oferta de educação obrigatória. A alfabetização de jovens e adultos e a educação fundamental constituem um campo de responsabilidades compartilhadas, exigindo a colaboração entre os municípios, estados e o governo federal, cabendo a estes últimos coordenar as políticas nacionais e fornecer apoio técnico e financeiro às demais esferas.

As expectativas geradas pelo arcabouço legal construído durante a transição para a democracia também foram alimentadas por compromissos assumidos pelo país a nível internacional. Isso incluiu a participação brasileira na Conferência Mundial sobre Educação para Todos na Tailândia, em 1990, onde um grande número de países e organizações internacionais estabeleceu uma iniciativa para atender às necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, começando com a alfabetização, concebida como uma aprendizagem especialmente eficaz que permite o acesso e a produção de informações, a criação de novos conhecimentos e a participação cultural.

As políticas educacionais da década de 1990 não atenderam expectativas geradas pela nova constituição. Dada a reforma do Estado e as restrições de gastos públicos impostas pelo ajuste econômico nacional às orientações neoliberais, as políticas públicas da década de 90 deram prioridade ao acesso universal de jovens e adultos para o ensino básico. Outros níveis e tipos de educação, incluindo educação de jovens e adultos, foram relegados ao segundo lugar na agenda de política educacional. (MORTATTI, 2011).

Nesse processo, a Fundação Educar foi extinta em 1990, no governo Collor e alfabetização de jovens e adultos foi descentralizada para municípios ou delegados a organizações sociais, que frequentemente firmaram parcerias em programas como a Alfabetização Solidária ou os Movimentos de Alfabetização (Movas) por meio da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNEJA). Assim, a partir de meados da década de 1990, o governo federal influenciou políticas e práticas de educação de jovens e adultos dos

demais níveis de governo por meio de propostas curriculares, programas de formação de professores, distribuição e compra de apostilas, realização de exames e o financiamento de programas previamente desenvolvidos.

Na história recente da educação e alfabetização de jovens e adultos, a orientação centralizada-descentralizada das políticas educacionais foi redefinida. Após a extinção do Mobral, em 1985, o governo federal parou de oferecer programas de alfabetização diretamente a jovens e adultos e assumiu um papel meramente solidário, fornecendo financiamento e apoio técnico a estados, municípios e organizações sociais por meio da Fundação Educar (1985-1990), o programa Alfabetização Solidária (1998 -2002) e o Programa Brasil Alfabetizado (2003-2007).

Nesses contextos, apesar do importante papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil na promoção da alfabetização de jovens e adultos, foram os municípios que assumiram cada vez mais a responsabilidade de oferecer oportunidades educacionais para jovens e adultos, superando os estados que, até a década de 1990, foram os principais provedores de educação corretiva (supletivo), que era o nome usado na época.

Desde 2004, o Ministério da Educação (MEC), na sua função de regulador de políticas, tem supervisionado programas de educação básica e alfabetização de jovens e adultos através da nova Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECAD) e criou uma Comissão Nacional para consultar com os municípios, estados e organizações da sociedade civil. Essas medidas deram maior coerência e eficácia às iniciativas do Ministério da Educação para esse tipo de educação, mas não foram suficientes para superar as dificuldades de coordenação interministerial dos programas de educação de jovens e adultos, difundidos em vários governos federais, agências.

### **3. CONTEXTO POLÍTICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Nas últimas décadas, a alfabetização se constituiu uma das questões sociais mais relevantes, devido suas implicações nos campos político-econômicas e culturais, a nota que é considerada um forte instrumento da política educacional que já ultrapassa o âmbito da escola. Por isso, se faz necessário compreender o contexto que nos levou a esse entendimento atual sobre a alfabetização. Uma reflexão sobre a concepção e as políticas públicas de alfabetização em cada época contribui de forma sucinta para sua compressão.

Segundo o IBGE em 2019 o Brasil ainda possuía 11,3 milhões de analfabetos 6,6% da população brasileira. O Ministério da Educação entre 2006 e 2018 quase 9,2 milhões de



adultos se foram beneficiados em programas de educação de adultos apoiados pelo governo federal. Os programas de educação de adultos são amplamente apoiados por fundos federais e estaduais, que juntos em um fundo fornecem cerca de dois terços do financiamento para programas de alfabetização de adultos.

Essas restrições de financiamento da educação de jovens e adultos criaram um contexto em que os fundos federais suplementares para estados e municípios, por meio de programas especiais realizados pelos ministérios (mencionados no tópico anterior), tornam-se especialmente relevantes, embora os montantes envolvidos sejam pequenos. É também nesse contexto que as três esferas de governo são estimuladas a adotar estratégias de parceria e que atrai a colaboração de organizações da sociedade civil em programas de alfabetização e educação de jovens e adultos.

Ao longo da história brasileira, o governo federal tem sido a esfera de autoridade responsável pela concepção, financiamento e coordenação da maioria dos programas e campanhas de alfabetização de jovens e adultos com a contribuição significativa de muitas organizações sociais. No entanto, o sistema de ensino básico brasileiro é descentralizado, e são os estados e municípios que realmente mantêm as redes escolares e que acomodam a maioria dos jovens e adultos estudantes (incluindo aqueles provenientes de programas de alfabetização organizados pela sociedade civil) para sua educação continuada e consolidação da sua aprendizagem. Assim, um dos aspectos mais importantes das políticas públicas de educação de jovens e adultos é que, embora sejam mais centralizados no nível federal, tendem a ser descentralizados em direção a estados e municípios.

Os projetos criados são diversos de combate ao analfabetismo, em destaque para o Programa Brasil Alfabetizado (PBBA) do Ministério da Educação de 2003, que tinha como objetivo alfabetização de jovens, adultos e idosos adultos. Este programa foi uma forma de superar do analfabetismo no Brasil, além de ter o objetivo de universalizar a alfabetização de jovens, adultos e idosos, tinha também como meta a formação continuada de estudos em níveis mais elevados, como o superior. Podemos identificar ao longo da história do Brasil vários outros programas de combate ao analfabetismo em abrangência nacional, entre os quais estão:

- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (criado pelo governo Eurico Gaspar Dutra em 1947);
- Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (criado governo Juscelino Kubitschek em 1958);
- Movimento de Educação de Base (criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB em 1961);

- Programa Nacional de Alfabetização (criado pelo governo João Goulart e, 1964);
- Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral (criado pelo governo Costa e Silva em 1968);
- Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos-Educar (criado pelo governo José Sarney em 1985);
- Plano Decenal de Educação para Todos (criado pelo governo Itamar Franco em 1993);
- Programa de Alfabetização Solidária (criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1997);
- Programa Brasil Alfabetizado (criado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva em 2002).

No centro da atual política educacional do governo federal está o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) lançado em 2007, composto por um conjunto heterogêneo de medidas voltadas a reverter o fraco desempenho do sistema de ensino básico diagnosticado pelo Sistema Educacional. Índice de Desenvolvimento (Ideb), que cruza as estatísticas de desempenho escolar com pontuações de proficiência obtidas em testes nacionalmente padronizados. Estados e municípios com baixo escore de Ideb são elegíveis a fundos federais e apoio técnico por meio do Programa Compromisso Todos pela Educação - conjunto de 28 diretrizes voltadas à melhoria da qualidade da educação que deve ser atingida até 2022, conforme definido no Decreto nº 6094/2007. O PDE tinha previsão de 15 anos, mas acabou descontinuado antes desse prazo. Embora muitas dos seus programas e iniciativas se mantiveram

É importante mencionar que partindo dessa análise, dois dos pilares que sustentam as políticas de educação de jovens e adultos do país, são o sistema de educação pública descentralizada e as organizações e redes da sociedade civil envolvidas nessa área. Com todos os avanços e retrocessos, a experiência passada mostrou o que as políticas educacionais do presente devem incorporar ações mais efetivas e eficazes. As iniciativas internacionais devem ir além da retórica de reuniões e documentos, promovendo a troca de experiências e articulação de redes de cooperação. É com essa "colheita" em nossos braços que podemos colocar nossos olhos no horizonte e planejar os próximos passos em direção a uma educação de alta qualidade para todos.

#### **4. O PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS E ADULTOS**

Segundo Libâneo (1994, p. 91), ensinar é o processo de atender às necessidades, experiências e sentimentos das pessoas e intervir para que aprendam coisas particulares e vão além do dado. Assim ensino é um dos instrumentos da educação e tem como função especial transmitir compreensão e habilidade. Já a aprendizagem pode ser definida como qualquer mudança relativamente permanente no comportamento ou padrão de comportamento. A aprendizagem é um processo inferido e difere do desempenho que é o comportamento, resposta, ação e observada. Dessa forma, a principal função do ensino é tornar a aprendizagem eficaz e significativa.

De acordo com Moreira (1986), o processo ensino-aprendizagem representa o canal de comunicação pelo qual o indivíduo se esforça para adquirir os hábitos, habilidades, conhecimentos, atitudes, valores e apreço. Dessa maneira, o ensino-aprendizagem torna-se um processo pelo qual mudanças nos padrões de comportamento são produzidas por meio da experiência. Ele acontece no ambiente aos quais os alunos podem interagir, pois é possível a troca de conhecimentos.

Ao longo da vida o processo ensino e aprendizagem têm algumas barreiras para serem adquiridos. As dificuldades de aprendizagem têm sido historicamente difíceis de definir, em parte porque não são um transtorno unitário ou homogêneo e em parte porque foram definidas por meio de critérios de exclusão em vez de critérios de inclusão. A justificativa para uma definição excludente permanece relevante hoje. O diagnóstico de dificuldades de aprendizagem é reservado a indivíduos com insucesso durante a primeira fase e adolescência na vida estudantil que não pode ser atribuído a causas conhecidas, como distúrbios sensoriais, deficiência intelectual geral, distúrbios emocionais ou comportamentais significativos, diferenças de linguagem ou instrução inadequada (FISHER, 2007).

Já as dificuldades de aprendizagem na idade adulta, por definição descrevem os indivíduos com dificuldades de desenvolvimento na aprendizagem em comparação com o desempenho esperado pela idade e as oportunidades de ensino apropriadas. Um diagnóstico seguro requer evidências de que um indivíduo está substancialmente limitado nas principais atividades da vida (por exemplo, ler ou escrever). Se as dificuldades de aprendizagem não forem diagnosticadas de forma certa pode ser difícil estabelecer quais os métodos serão utilizados no processo de aprendizagem. (GEGG, 2009).

Para solucionar essas barreiras de aprendizagem de alfabetização no EJA essencialmente é preciso incentivar os professores a experimentarem coisas novas, trabalhar com os alunos de forma a descobrir como a aquisição do ensino acontece para eles de maneira mais confortável possível, assim ter sucesso na aquisição da aprendizagem. A chave para ter

uma sala de aula do século XXI de sucesso é ser flexível. A flexibilidade na alfabetização é fundamental para o sucesso e tem a intenção de aumentar a produtividade dos alunos e incentivar a colaboração e a comunicação. Para Santos (2003, p. 74):

Os jovens e adultos pouco escolarizados trazem consigo um sentimento de inferioridade, marcas de fracasso escolar, como resultado de reprovações, do não aprender. A não aprendizagem, em muitos casos, decorreu de um ato de violência, porque o aluno não atendeu às expectativas da escola. Muitos foram excluídos da escola pela evasão (outro reflexo do poder da escola, do poder social); outros a deixaram em razão do trabalho infantil precoce, na luta pela sobrevivência (também vítimas do poder econômico).

Aprender a ler e escrever envolve assumir riscos, e isso é mais provável que aconteça com mais facilidade se os alunos sentirem que suas tentativas serão valorizadas. Os professores precisam ajudar os alunos a perceberem que os erros são uma parte natural do processo de aprendizado. Ao aceitar suas aproximações e fornecer respostas informadas, genuínas e encorajadoras, os professores incentivam aos alunos que acreditam que aprenderão. Enquanto, os professores podem criar as condições e estratégias que promovem o aprendizado, os alunos precisam se envolver ativamente no processo. O programa de ensino precisa ser interessante o suficiente para que os alunos queiram se envolver no aprendizado.

Os professores também conhecem os alunos como alfabetizadores e coletam informações de uma série de fontes sobre estratégias, entendimentos, atitudes e experiências de aprendizado anteriores dos alunos. Conhecer os alunos como aprendizes requer que se entendam os caminhos do progresso para cada aluno e os padrões de progresso para os alunos como um todo. Segundo Ricoeur, (1969) professores eficazes precisam desenvolver extensivamente e continuamente seus conhecimentos de:

- Perfis de aprendizagem individuais de seus alunos e as implicações que isso tem para o ensino;
- Os padrões de progresso para os alunos quando eles se tornam alfabetizados;
- As práticas de letramento de seus alunos fora da escola, assim como na escola;
- Reconhecer o aprendizado prévio de seus alunos, ajudando-os a fazer conexões entre o novo aprendizado e o que já sabem;
- Usar a avaliação contínua para identificar as necessidades de aprendizagem dos alunos, usando isso para informar o seu ensino;
- Ver os erros e equívocos dos alunos como uma janela para o processo de aprendizagem realmente aconteça na prática.

Enquanto os professores podem criar as condições que promovem a aprendizagem e demonstrar estratégias, para que o aprendizado real ocorra, os alunos precisam ser participantes ativos. O programa precisa ser interessante o suficiente para fazer com que os alunos desejem se envolver no aprendizado. Um dos maiores desafios para os professores de alfabetização é garantir que os alunos tenham as estratégias de compreensão necessárias, para lidar com o mundo cada vez mais complexo. Professores têm que serem capazes de fornecer o desafio apropriado para cada um dos seus alunos.

A alfabetização e o aprendizado bem-sucedidos envolvem uma mudança de responsabilidade de professor para aluno, com o novo aprendizado sendo introduzido no ambiente mais favorável. Professores eficazes criam um programa equilibrado, no qual existe uma gama de práticas instrucionais que oferecem aos estudantes, diferentes graus de apoio.

As salas de aula hoje são ambientes de aprendizado complexos e dinâmicos. Identificar a gama de fatores que impactam positivamente o desempenho do aluno tem sido um dos principais focos de pesquisa. Há evidências claras das características mais eficazes da prática, incluindo o grau de influenciados professores e o que eles fazem para elevar os resultados de aprendizagem dos alunos.

Mas não é suficiente apenas fornecer um ambiente enriquecido em alfabetização. Os alunos devem ter muitas oportunidades relacionadas à alfabetização, nas quais possam explorar os usos das rotinas de linguagem e alfabetização associadas a atividades cotidianas autênticas. Eles precisam de tempo para usar seu ambiente de suas próprias maneiras. Sua sala de aula pode ser um lugar onde os estudantes se sentem no controle e começam a desenvolver um senso do que escritores e leitores fazem muito antes de realmente terem todas as habilidades e conhecimentos necessários. Esses sentimentos e experiências não apenas nutrem o interesse e o desejo os alunos de se tornarem alfabetizados, mas também fornecem motivação para trabalhar para aprender a escrever e ler.

O ensino de alfabetização de alta qualidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA) exige professores de alfabetização de alta qualidade e qualquer sistema de ensino deve tentar maximizar a experiência dos professores no ensino da alfabetização. A fim de direcionar melhorias na seleção, treinamento e desenvolvimento profissional de professores de alfabetização de forma mais lucrativa, muito pode ser aprendido com um estudo daqueles professores primários identificados como eficazes no ensino da alfabetização.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que foi apresentado observamos inicialmente neste trabalho sobre

alfabetização de jovens e adultos, primeiro que os índices de analfabetismo no Brasil ainda se configuram como um problema urgente de ser solucionado. No Brasil, os índices de alfabetismo mostram que as habilidades de leitura e escrita ainda são insuficientes para preparar os indivíduos a um desenvolvimento pleno de educação. Esta constatação nos mostra uma deficiência na qualidade do ensino e uma alerta no que pode ser mudado para melhorar esta situação. Para isso é necessário promover um ensino que vá além de aquisição do código de escrita e leitura, mas que capacite para a vida do trabalho como a social. O analfabetismo não é um problema apenas de responsabilidade do sistema escolar brasileiro, é sobre tudo, um problema social e cultural de um país em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

A partir disso, é inegável que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil assume um papel de grande importância, pois essa modalidade é oferecida as pessoas que não tiveram acesso ao ensino na idade apropriada. Assim esta modalidade no país use dupla tarefa, além de alfabetizar também tem a necessidade de preparar para o mercado do trabalho, pois uma pessoa que chega ao nível plenamente alfabetizada atinge uma reflexão de si próprio como ser humano e de mundo capaz de ser inserida em qualquer prática de ensino sem qualquer dificuldade.

Neste contexto ao professor cabe criar estratégias novas para facilitar a aprendizagem. Até porque o desenvolvimento da alfabetização é uma habilidade complexa que requer milhares de horas de prática para atingir os níveis necessários de plena aprendizagem. Como a alfabetização de jovens e adultos tem um histórico de fracasso e constrangimento no aprendizado de vários programas de alfabetização implantados no Brasil é importante explorar recursos novos de aprendizagem como os arranjos de aprendizagem colaborativa, tanto a aprendizagem em grupo quanto as interações com os alunos por meio de ambientes online, são maneiras promissoras de aumentar o engajamento.

Os legisladores federais e estaduais devem garantir o desenvolvimento profissional e a assistência técnica aos professores de modo amplamente acessíveis e consistentes. A variabilidade na preparação do professor é um impedimento claro tanto no sentido de garantir a eficácia do ensino em ampla escala quanto em conduzir a formação necessária para sala de aula. Há uma necessidade de garantir que os professores possuam conhecimentos e habilidades que sejam consistentes e mais confiáveis sobre o desenvolvimento da alfabetização de jovens e adultos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96. Disponível em: Acesso em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) >. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

FISHER, MT (2007). **Escrita em ritmo: poesia falada em salas de aula urbanas**. Nova York: Teachers College Press.

FREIRE, Ana Maria. **Analfabetismo no Brasil**: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever. São Paulo: Cortez, 1993. (Biblioteca de Educação).

GREGG, N. **Adolescentes e adultos com dificuldades de aprendizagem: Avaliação e acomodações**. Nova York: Guilford Press, 2009.

HADDAD, Sérgio. **Relatório preliminar de pesquisa: a situação da educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo: Mimeo, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **O processo de ensino na escola**. São Paulo: Cortez, 1994.

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Alfabetização e letramento. **Construir Notícias**. Recife, v. 07 n.37, p. 5-29, nov/dez, 2007.

MOREIRA, Daniel. A. **Didática de ensino superior: técnicas e tendências**. São Paulo: Ed. Pioneira, 2000.

MORTATTI, M. R. L. (Org.). **Alfabetização do Brasil: uma história de sua história**. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica, 2011.

PAIVA, J; MACHADO, M. M; IRELAND, T. **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996- 2004**. Brasília: UNESCO, MEC, 2004. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000136859>>. Acesso em: 24 mar. 2024.

RICOEUR, Paul. Reconstruir a universidade. **Revista Paz e Terra**, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, nº 9, 1969.

SANTOS, M. L. L. **Educação de jovens e adultos: marcas da violência na produção poética**. Passo Fundo: UPF, 2003.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Social e a Cultura. **A pluralidade da alfabetização e suas implicações para políticas e programas. Documento de Posição do Setor de Educação da UNESCO**. 2004. Disponível em:< <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001362/136246e.pdf> >. Acesso em: 27 mar. 2024.